



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL  
EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR ELEITORAL RELATOR  
EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

**Recurso Eleitoral nº 441-35.2016.6.21.0128**

**Procedência:** PASSO FUNDO - RS (128ª ZONA ELEITORAL – PASSO FUNDO- RS)  
**Assunto:** RECURSO ELEITORAL - PRESTAÇÃO DE CONTAS - DE CANDIDATO  
- CARGO - VEREADOR - DESAPROVAÇÃO/REJEIÇÃO DAS CONTAS  
**Recorrente:** ENELI FRANCISCA GOULART LEITE  
**Recorrida:** JUSTIÇA ELEITORAL  
**Relator(a):** DES. SILVIO RONALDO SANTOS DE MORAES

**PARECER**

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CANDIDATO. ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2016.

1. Não conhecimento de documento juntado somente com as razões recursais e confeccionado, inclusive, após a prolação da sentença.
2. Irregularidades detectadas e não sanadas pelo prestador de contas:  
(i) extrato eletrônico apontou valor total de créditos inferior aos valores registrados como total de despesas na prestação de contas; (ii) ausência de registro de despesa com combustível dos automóveis declarados; (iii) ausência de descrição dos gastos com os serviços de advocacia e contabilidade. Pelo desprovimento do recurso.

**I – RELATÓRIO**

Trata-se de recurso eleitoral em prestação de contas de ENELI FRANCISCA GOULART LEITE, referente à Campanha Eleitoral de 2016, na qual o recorrente concorreu ao cargo de Vereador de Passo Fundo/RS, pelo Partido Socialista Brasileiro– PSB, consoante Lei n.º 9.504/97 e Resolução TSE n.º 23.463/2015.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

Apresentadas as contas no dia 11/11/2016 (fl. 05), as quais o órgão técnico da Justiça Eleitoral, procedendo ao exame preliminar das contas, apontou falhas e concluiu pela necessidade de diligências (fls. 07-09), tendo a candidata se manifestado às fls. 16-17, nos termos do §1º do art. 64 da Resolução n. 23.463/15.

A candidata juntou aos autos documentos, inclusive prestação de contas final, tipo retificadora (fls. 18-22).

Sobreveio Parecer Técnico Conclusivo (fls. 23-4), verificando-se: **(i)** extrato eletrônico apontou valor total de movimentação bancária inferior aos valores registrados como total de despesas; **(ii)** ausência de registro de despesa com combustível dos automóveis declarados; **(iii)** ausência de descrição dos gastos com os serviços de advocacia e contabilidade.

Intimada (fl. 26), não houve manifestação da candidata.

Em parecer (fls. 28), opinou o Ministério Público Eleitoral pela **desaprovação das contas.**

Sobreveio sentença (fls. 30- 30A), que desaprovou as contas apresentadas pela candidata, com fundamento no art. 68, inciso III, da Resolução nº 23.463/2015 do TSE.

Inconformado, a candidata interpôs recurso (fls. 32-8).

Após, subiram os autos ao TRE-RS e vieram a esta Procuradoria Regional Eleitoral para exame e parecer.

## II – FUNDAMENTAÇÃO

### II.I – PRELIMINARMENTE



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

### II.I.I – Da tempestividade e da representação processual

A sentença foi publicada no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral do RS em 25/04/2017 (fl. 31) e o recurso foi interposto em 02/05/2017 (fl. 32), sendo respeitado, portanto, o tríduo previsto no art. 77 da Resolução TSE nº 23.463/2015.

Além disso, destaca-se que a candidata se encontra devidamente representado por advogado (fl. 04), nos termos do art. 41, § 6º, da Resolução TSE nº 23.463/2015.

O recurso, portanto, deve ser conhecido.

Passa-se à análise do mérito.

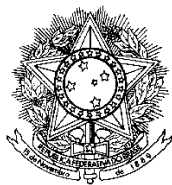
### II.I.II – Dos documentos intempestivos

Nos processos de prestação de contas de campanha, verificada a existência de indício de irregularidade, deve ser oportunizada a manifestação do candidato no prazo preclusivo de 72 horas, conforme o art. 59, §3º - na prestação simplificada – e o art. 64, §§ 1º e 6º - rito ordinário-, ambos da Resolução TSE nº 23.463/2015, que assim dispõem, *in litteris*:

Art. 59. A **prestação de contas simplificada** será composta exclusivamente pelas informações prestadas diretamente no SPCE e pelos documentos descritos nas alíneas a, b, d e f do inciso II do caput do art. 48. (...)

§3º **Concluída a análise técnica**, caso tenha sido oferecida impugnação ou detectada qualquer irregularidade pelo órgão técnico, o prestador de contas será intimado para se manifestar no **prazo de três dias, podendo juntar documentos**.

Art. 64. Havendo indício de irregularidade na prestação de contas, a Justiça Eleitoral pode requisitar diretamente ou por delegação



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

informações adicionais, bem como determinar diligências específicas para a complementação dos dados ou para o saneamento das falhas, com a perfeita identificação dos documentos ou elementos que devem ser apresentados (Lei nº 9.504/1997, art. 30, § 4º).

§1º **As diligências devem ser cumpridas pelos candidatos e partidos políticos no prazo de setenta e duas horas contadas da intimação, sob pena de preclusão.** (...)

§ 6º Nas diligências determinadas na prestação de contas, a Justiça Eleitoral deverá privilegiar a oportunidade de o interessado sanar, **tempestivamente** e quando possível, as irregularidades e impropriedades verificadas, identificando de forma específica e individualizada as providências a serem adotadas e seu escopo. (grifado).

Destarte, não se admite a juntada de documentos após a sentença quando o candidato, devidamente intimado, deixa de se manifestar, ou o faz de maneira insatisfatória, conforme precedentes do TSE:

ELEIÇÕES 2014. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGR MANEJADO EM 13.5.2016. PRESTAÇÃO DE CONTAS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. CANDIDATO. DEPUTADO ESTADUAL. PARTIDO DEMOCRATAS (DEM). CONTAS DESAPROVADAS.

1. Não se configura o vício da nulidade por negativa de prestação jurisdicional, devidamente explicitados os motivos de decidir. No âmbito técnico processual, o grau de correção do juízo de valor emitido na origem não se confunde com vício ao primado da fundamentação, notadamente consabido que a disparidade entre o resultado do julgamento e a expectativa da parte não sugere lesão à norma do texto republicano.

**2. No processo de prestação de contas, não se admitem, em regra, esclarecimentos apresentados na fase recursal, quando o candidato, intimado para o saneamento das falhas detectadas pela unidade técnica, deixa de se manifestar. Incidência da regra da preclusão.**  
Precedentes.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

Agravo regimental conhecido e não provido.

(Agravo Regimental em Agravo de Instrumento nº 160242, Acórdão de 13/09/2016, Relator(a) Min. ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA, Publicação: DJE - Diário de justiça eletrônico, Data 03/10/2016, Página 32) (grifado).

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL ELEITORAL. ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA. JUNTADA DE DOCUMENTO EM FASE DE RECURSO. IMPOSSIBILIDADE.

**1. É inadmissível a produção de prova documental na instância recursal quando a parte já teve oportunidade de produzi-la em primeiro grau de jurisdição mas não o fez, salvo quando tratar-se de documento novo, o que não é o caso dos autos. Precedentes.**

2. Na espécie, o agravante, intimado pelo juízo singular a se manifestar sobre o parecer técnico que recomendou a desaprovação de suas contas, não comprovou a origem dos recursos próprios investidos na campanha eleitoral, motivo pelo qual não é admissível a produção dessa prova em sede de recurso, haja vista a incidência dos efeitos da preclusão.

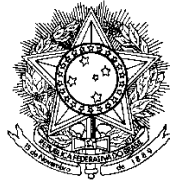
3. Agravo regimental não provido.

(Agravo Regimental em Recurso Especial Eleitoral nº 132269, Acórdão de 09/06/2015, Relator(a) Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Publicação: DJE - Diário de justiça eletrônico, Volume -, Tomo 184, Data 28/09/2015, Página 90/91)

ELEIÇÕES 2012. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. PREFEITO. DOCUMENTOS APRESENTADOS APÓS O JULGAMENTO DAS CONTAS. IMPOSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA.

1. Inexistência de violação ao art. 275, incisos I e II, do CE, pois o Regional analisou os fatos de forma suficiente à compreensão da controvérsia, não havendo omissão, obscuridade ou contradição a justificar o conhecimento dos declaratórios.

**2. Segundo a jurisprudência deste Tribunal, "a juntada de documentos em grau recursal se afigura incabível nos processos alusivos à prestação de contas, nas hipóteses em que o candidato,**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

**previamente intimado para suprir a falha apontada, não apresenta a documentação ou o faz de modo insatisfatório" (AgR-AI nº 588-46/SE, rel. Min. Luiz Fux, julgado em 20.11.2014).**

3. Com a edição da Lei nº 12.034/2009, o processo de prestação de contas passou a ter caráter jurisdicional. Dessa forma, admitir a juntada de documentos em processo de prestação de contas, após o seu julgamento, seria permitir a "eterna" instrução do feito, o que não é cabível.

4. Agravo regimental desprovido.

(Agravo Regimental em Recurso Especial Eleitoral nº 44227, Acórdão de 30/04/2015, Relator(a) Min. GILMAR FERREIRA MENDES, Publicação: DJE - Diário de justiça eletrônico, Tomo 100, Data 28/5/2015, Página 167/168 )

Dessa forma, **não tendo sido observado o prazo para a juntada dos documentos faltantes, não pode o de fl. 39 ser considerado**, devendo ser mantida a sentença que desaprovou as contas, nos termos do art. 68, inciso III, da Resolução TSE nº 23.463/2015.

## II.II – MÉRITO

Não merece provimento o recurso.

**Inicialmente, esta PRE salienta que não mais analisará documentos juntados de forma intempestiva, isto é, após a sentença, quando devidamente intimado o candidato para tanto em momento oportuno, nos termos do salientado na preliminar acima - item II.I.II- e por considerar estar esse entendimento em consonância com a recente e pacífica jurisprudência do TSE, que reconhece a incidência dos efeitos da preclusão em tais casos.**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

**Logo, não será aqui analisado o documento anexado com o recurso à fl. 39.** Ademais, *in casu*, a documentação referida se trata de extrato de Prestação de Conta Final tipo retificadora, *confeccionado em 02/05/2017, data esta, inclusive, posterior à sentença prolatada no presente processo.*

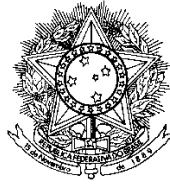
Feitas tais considerações, passa-se ao exame de mérito.

A análise técnica das contas observou a legislação de regência, em especial aquela estabelecida pela Lei nº 9.504/1997, regulamentada pelas Resoluções do TSE 23.459/2015 e 23.463/15, que dispõem sobre os limites de gastos e sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos e candidatos, bem como sobre a prestação de contas nas eleições de 2016.

Verificou-se que a presente prestação de contas foi apresentada tempestivamente pela candidata e instruída com os documentos arrolados na Resolução TSE nº 23.463/2015, estando suas peças devidamente assinadas.

No Parecer Técnico Conclusivo de fls. 23/24, a Unidade Técnica manifestou-se pela desaprovação da prestação de contas tendo em vista a discordância do valor do total de débitos registrados no extrato bancário da candidata e o valor apontado como o total das despesas da campanha, a omissão de informações acerca das despesas especificadas com lubrificantes e combustíveis e ausência de recibos de pagamentos dos serviços de assessoria contábil e jurídica durante a prestação de contas, em desobediência ao que dispõe o rol de gastos eleitorais sujeitos ao registro do art. 29 da Res. 23.463/2015.

Compulsando os autos, verifica-se que o extrato eletrônico à fl. 22 demonstra um total de movimentação bancária de R\$ 470,00 a título de depósitos, sendo que na prestação de contas apresentada foram registradas despesas no valor de R\$ 594,00, restando uma diferença de R\$ 124,00, ou seja, existe uma diferença dos valores



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

pagos com despesas o qual não transita pela conta bancaria da candidata, impossibilitando assim identificar a sua origem.

A divergência apontada entre o extrato bancário da candidata e os valores declarados como despesas não permite identificar a devida origem nem a utilização dos recursos declarados na campanha da candidata, frustrando o objetivo maior do exame das contas, justamente fiscalizar as fontes dos recursos, assim como a destinação dada a essas verbas.

A ausência de trânsito de todas as receitas e despesas da candidata por conta bancária consiste em infração às normas eleitorais, caracterizando vício insanável que impossibilita o exame dos recursos movimentados e afeta a transparência necessária às contas dos candidatos.

Nesse sentido:

*Prestação de contas. Candidato. Arrecadação e dispêndio de recursos de campanha. Resolução TSE n. 23.406/14. Eleições 2014.*

*Ausência de extratos bancários em sua forma definitiva abrangendo todo o período da campanha. Afronta ao art. 40, II, *çãç*, da Resolução TSE n. 23.406/14.*

*Devolução de cheque caracterizando dívida de campanha não consignada na prestação ou pagamento de obrigação com recursos que não transitaram pela conta bancária específica.*

***Divergência entre o saldo final do extrato bancário e o saldo financeiro informado no Demonstrativo de Receitas e Despesas.***

***Desaprova-se a prestação quando as falhas apontadas inviabilizam o controle da arrecadação e gastos da campanha eleitoral. Desaprovação.*** (Prestação de Contas n 241659, ACÓRDÃO de 23/06/2015, Relator(a) DESA. FEDERAL MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE, Publicação: DEJERS - Diário de Justiça Eletrônico do TRE-RS, Tomo 112, Data 25/06/2015, Página 2-3 )

*Recurso. Vereadora. Desaprovação. Eleições 2012. Matéria prefacial afastada. Possibilidade de juntada de documentos em grau de recurso para elidir falhas nas*



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

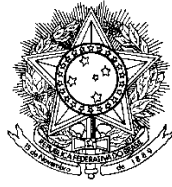
*contas eleitorais, conforme o caput do art. 266 do Código Eleitoral. Apresentação de prestação retificadora. Extrapolação em um dia do prazo para apresentação não constitui óbice ao conhecimento e análise das contas. Falha que não se reveste de gravidade suficiente para ensejar a rejeição das contas. 1. Falta de apresentação de extratos bancários em sua forma definitiva. 2. **Divergências entre as receitas de extrato eletrônico e as declaradas no Demonstrativo de Recursos Arrecadados.** 3. **Discrepância entre os débitos do extrato eletrônico e o Demonstrativo de Despesas Efetuadas.** 4. **Discrepância entre o total de receitas financeiras arrecadadas e o total das despesas pagas.** 5. **Saldo final do extrato da conta bancária divergente da apuração do saldo financeiro do Demonstrativo de Receitas e Despesas. Apresentação de declaração retificadora em momento posterior à sentença. Impossibilidade de verificação e análise dos dados e informações apresentados na retificadora. Provimento negado.** (Recurso Eleitoral n 68365, ACÓRDÃO de 27/05/2014, Relator(a) DR. HAMILTON LANGARO DIPP, Publicação: DEJERS - Diário de Justiça Eletrônico do TRE-RS, Tomo 94, Data 29/05/2014, Página 2-3 ).*

Outrossim, nas prestações de contas da candidata consta registrado a cessão de 2 veículos, entretanto, não há registros ou comprovantes de pagamentos referentes ao combustível utilizado nestes veículos.

Por fim, o parecer técnico identificou ausência de comprovantes de pagamento dos honorários referentes aos serviços advocatícios e contábeis em favor de campanha eleitoral da candidata, em desacordo com o disposto no art. 29, § 1º, da Resolução TSE nº 23.463/2015, *in verbis*:

*Art. 29. São gastos eleitorais, sujeitos ao registro e aos limites fixados nesta resolução (Lei nº 9.504/1997, art. 26): (...)*

*§ 1º As contratações de serviços de consultoria jurídica e de contabilidade prestados em favor das campanhas eleitorais deverão ser pagas com recursos provenientes da conta de campanha e constituem gastos eleitorais que devem ser declarados de acordo com os valores efetivamente pagos. (Redação dada pela Resolução nº 23.470/2016)*



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

Desta forma, verifica-se que houve nítida omissão de movimentações financeiras, de forma a atrair a desaprovação das contas, por se tratar de falhas insanáveis, que comprometem a lisura e confiabilidade das contas.

Nesse sentido, destaco os seguintes precedentes do TRE-PI e TRE-RS:

*PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2012. VEREADOR. IRREGULARIDADES. OMISSÃO DE DESPESAS E RECEITAS. REALIZAÇÃO DE DESPESA COM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NÃO CONTABILIZADA. OMISSÃO DE DESPESAS COM COMBUSTÍVEL. RECURSO. IMPROVIMENTO.*

*- A despesa com a contratação de advogado por ocasião do registro de candidatura insere-se nos gastos relacionados com a campanha eleitoral do candidato, visto que com esta guarda estreita relação na medida em que objetiva viabilizar a candidatura, devendo, portanto, ser contabilizado na forma do art. 30, VII, da Resolução TSE nº 23.376/2012.*

*A omissão de despesas com combustíveis na apresentação de contas, apesar de ter declarado a existência de veículo, impede a efetiva aferição da regularidade da prestação de contas.*

*Recurso conhecido, porém improvido.*

*(Prestação de Contas n 23561, ACÓRDÃO n 23561 de 15/04/2013, Relator(a) JOÃO GABRIEL FURTADO BAPTISTA, Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Tomo 072, Data 24/04/2013, Página 06 )*

*Prestação de contas. Candidato. Resolução TSE n. 23.406/14. Eleições 2014.*

*Não apresentação dos recibos eleitorais e omissão no registro de despesas com prestação de serviços contábeis e advocatícios. Realização de despesas antes da solicitação de registro de candidatura e/ou concessão do CNPJ de campanha e realização de despesas após as eleições.*

*Arrecadação de recursos de origem não identificada. Recurso recebido mediante doação realizada pelo partido e por outro candidato. Previsão normativa determinando que o prestador identifique o CPF ou CNPJ do doador originário dos repasses realizados por partidos, comitês, ou por outros candidatos (Arts. 26, § 3º e 29, ambos da Resolução TSE n. 23.406/14). A ausência de discriminação do doador originário impossibilita a fiscalização das reais fontes de financiamento da*



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
**PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL**

*campanha eleitoral, devendo o recurso de origem não identificada ser transferido ao Tesouro Nacional.*

*Falhas que, analisadas em conjunto, comprometem a regularidade das contas, ensejando sua rejeição.*

*Desaprovação.*

*(Prestação de Contas nº 158341, Acórdão de 20/05/2015, Relator(a) DRA. GISELE ANNE VIEIRA DE AZAMBUJA, Publicação: DEJERS - Diário de Justiça Eletrônico do TRE-RS, Tomo 89, Data 22/05/2015, Página 4)*

Logo, não merece reforma a sentença.

### **III – CONCLUSÃO**

Em face do exposto, opina o Ministério Público Eleitoral, pelo desprovimento do recurso.

Porto Alegre, 22 de agosto de 2017.

**LUIZ CARLOS WEBER**  
**PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL SUBSTITUTO**

N:\A PRE 2017 Subst. Dr. Weber\Classe RE\Prestação de Contas - Candidato\441-35 - Passo Fundo- Eneli Francisca- gastos com adv e cont - omissão gastos combustivel automóveis - despesas em dinheiro em desacordo com o declarado - desaprovação.odt